

O **LHARES**

C **RUZADOS**

ESTUDAR E PESQUISAR NO EXTERIOR OU AS DISTÂNCIAS QUE (DES)CON- STROEM ESTRANGEIROS EM DUAS EXPE- RIÊNCIAS DE FORMAÇÃO NA FRANÇA E NO BRASIL.

Angela Facundo Navia

Antropóloga Social (2003) pela Universidad Nacional de Colombia, Mestre em Ethnologie et Anthropologie sociale (2006) pela EHESS e Doutora em Antropologia Social (2014) pelo PPGAS/MN/UFRJ. Atualmente é professora do departamento de Antropologia da UFRN.

RESUMO

Esse ensaio é uma tentativa de costurar algumas das minhas experiências como estudante e pesquisadora estrangeira em dois contextos nacionais diferentes; na França, onde realizei estudos de mestrado, e no Brasil, onde fiz meu doutorado. Realizarei um percurso por essas trajetórias de formação e pesquisa, visando oferecer dados sobre os programas, as bolsas e as conexões que me permitiram realizá-las. O itinerário estará organizado a partir de três reflexões. A primeira localiza a escolha individual de estudar fora do país dentro de um contexto sociológico maior, a segunda destaca o fato de que os processos de internacionalização na área da antropologia envolvem processos migratórios e a terceira indaga pelas diferenças nas possibilidades de pesquisa em contextos nacionais diferentes ao país de origem da pesquisadora.

Palavras chave: Estudantes colombianos, Rio de Janeiro, Paris, Bolsas de estudo e Internacionalização da antropologia.

ABSTRACT

Study and research abroad or the distances that make and unmake foreigners in two training experiences in France and Brazil

This essay is an attempt to sew some of my experiences as a student and foreign researcher in two different national contexts; in France, where I realized master studies, and in Brazil, where I did my PhD. I will perform a route through these paths of training and research in order to offer information about programs, grants and connections that enabled me to carry them out. The route will be organized around three reflections; the first aim located the individual choice to study abroad within a larger sociological context, the second highlights the fact that the internationalization processes in anthropology area involve a migration processes and the third asks by differences in research possibilities in different national contexts than that of origin of the researcher.

Key words: Colombian students, Rio de Janeiro, Paris, Grants and Internationalization in anthropology.

Considerações iniciais

Nas páginas que seguem tentarei costurar algumas das minhas experiências como estudante e pesquisadora estrangeira em dois contextos nacionais. Na França, onde realizei estudos de mestrado, e no Brasil, onde fiz meu doutorado. Para tanto, um esclarecimento se faz necessário e é que, mesmo considerando aspectos das políticas e condições nacionais de ambos os países, falarei notadamente da minha experiência em Paris e no Rio de Janeiro. Acredito que uma forma para o necessário exercício antropológico de desfazer a ficção das supostas unidades nacionais é a tentativa consciente de dimensionar, pelo menos, suas particularidades regionais.

Esse exercício inclui a exploração do lugar que ocupa cada uma das cidades de um país nas hierarquias sociais, acadêmicas, intelectuais, artísti-

cas, comerciais, etc.; diferenciando-se em prestígios, redes, recursos e escopos de pesquisa. Mas também, diferenciando-se em custos, ofertas culturais, qualidade de vida e outros serviços e lazeres que são igualmente definidores dos rumos, ganhos, perdas e lembranças dessas experiências. Além disso, considero esse esclarecimento necessário, porque em diferentes contextos nacionais, e dentro deles nos regionais, muda também a interpretação e as relações possíveis a partir da nacionalidade, a cor, o gênero, a idade, a língua materna, os interesses de pesquisa, assim como o capital financeiro, simbólico e acadêmico de quem se desloca para outro país. Quer dizer, do tipo e do grau de estrangeira ou estrangeiro que seremos, as comunidades que integraremos e, conseqüentemente, as possibilidades concretas de formação e de pesquisa.

Uma carta do baralho: Escolhas num mundo limitado.

Em 2003, recém-formada como antropóloga social pela *Universidad Nacional de Colombia*¹, tomei a decisão, pela primeira vez, de sair do país para continuar meus estudos. Ou, melhor dizendo, tomei a decisão de tentar continuar meus estudos, mesmo que fosse fora do país. Se alguma coisa aprendemos com a proposta sociológica de Bourdieu (1992) é que algumas decisões que no momento parecem escolhas motivadas apenas por circunstâncias e desejos individuais, estão na verdade relacionadas com processos sociais coletivos que, às vezes, marcam toda uma geração. O projeto privatizador da educação na Colômbia que tomou um reforçado ímpeto nos anos noventa do século vinte, significou que a educação superior, inclusive nas universidades públicas, fosse cada vez mais cara. Mesmo com mecanismos para calcular diferencialmente a renda dos candidatos e assim definir os valores a serem pagos, os custos de matrícula e de manutenção da vida de

¹ A Universidade Nacional da Colômbia é a maior universidade pública do país, com presença em oito departamentos do território nacional. Embora seu caráter seja público e receba financiamento do governo Central, os cursos são pagos. O preço das mensalidades de cada estudante é estabelecido através de uma fórmula que leva em conta a renda familiar. Nos casos de famílias com baixa renda, a universidade pública costuma ser a única opção de fazer estudos superiores devido aos altíssimos preços semestrais nas universidades privadas.

estudante funcionam ainda como um funil para o acesso e permanência nas graduações e pós-graduações.

A minha possibilidade de continuar estudando dependia, então, da obtenção de uma bolsa de estudos, opção praticamente inexistente no país naquele período em que, como ainda acontece na Colômbia –atravessada por mais de cinco décadas de conflito– o gasto militar consome a maior parte do orçamento nacional, em detrimento do investimento no gasto social. A opção que restava era a de concorrer às bolsas oferecidas por outros Estados ou organismos internacionais e, para isso, ativar as redes acadêmicas construídas durante a graduação, buscando preencher os requisitos exigidos pelos organismos ou programas financiadores.

Durante a última etapa da graduação, fui vinculada ao mestrado em Antropologia da *Universidad Nacional de Colombia* na condição de monitora. Trabalhei durante dois anos apoiando o funcionamento acadêmico e administrativo do curso, inicialmente sob a coordenação da professora Marta Zambrano e posteriormente sob a coordenação da professora Mara Viveros. Desta última recebi o convite para me vincular ao grupo de pesquisa *Grupo Interdisciplinario de Estudios de Género (GIEG)* ligado à *Escuela de Estudios de Género* da mesma universidade. O vínculo com a professora Viveros e com o GIEG, que se conserva até hoje, além de ter sido fundamental para o aprendizado acadêmico, veio a se transformar numa longa parceria de pesquisa e a me possibilitar contatos para a continuação da minha formação no exterior.

No ano de 2004 comecei um mestrado em antropologia social e etnologia na *École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS)* de Paris sob a orientação do professor Didier Fassin a quem conheci na *Universidad Nacional de Colombia* em uma visita acadêmica coordenada pelo Mestrado em antropologia social da instituição. O professor tinha realizado pesquisas sobre a produção de iniquidades sociais em parceria com a professora Viveros² e essa trajetória prévia possibilitou o intercâmbio acadêmico entre

² Ver: Defossez, A. Fassin, D. & Viveros, M. 1992. *Mujeres de los Andes: Condiciones de Vida y Salud*. Institut français d'études andines e Universidad externado de Colombia.

os dois grupos de pesquisa, na França e na Colômbia. A parceria se concretizou não apenas com a formação em pós-graduação de alguns estudantes colombianos, como foi meu caso, mas também através de outros projetos de cooperação acadêmica. Por exemplo, com o projeto intitulado *Les nouvelles configurations des inégalités sociales: discriminations raciales et recompositions identitaires en France et en Colombie*, financiado pelo programa francês de cooperação científica Ecos-Nord, que envolveu outros colegas do laboratório CRESP de Paris e do GIEG de Bogotá, sendo que alguns deles são até hoje importantes interlocutores acadêmicos.

Com o aceite do professor Fassin para ser meu orientador de mestrado, decidi concorrer no edital de bolsas Alßan e fui selecionada. O programa de Bolsas de Alto Nível da União Europeia para América Latina foi produto de um acordo entre autoridades da América Latina e o Caribe e a União Europeia, para promover a cooperação, educação superior e circulação de estudantes latino-americanos no espaço acadêmico da UE. A bolsa concedida pelo programa cobria os custos de matrícula e desembolsava uma quantia mensal para a manutenção no país selecionado durante os dois anos de mestrado. Assim, um mínimo de recursos pessoais tinha que ser mobilizado para a compra da passagem aérea e para as primeiras despesas, que, sendo em euros, representavam uma quantidade considerável em pesos colombianos. Com isso gostaria salientar que a ideia comum de que apenas os estudantes mais ricos da minha geração na Colômbia foram se formar no exterior, não se corresponde com a minha experiência e a da maioria dos colegas que conheci estudando fora do país. Porém, também não são os estudantes mais pobres os que conseguem pagar os custos das viagens e da documentação exigida, ficando quase sempre presos entre os custos locais da educação e os custos internacionais da documentação, o deslocamento e a instalação.

A internacionalização é também um processo migratório

Além do aspecto financeiro, a primeira dificuldade da viagem foi ainda em casa, tentando entender o que era exatamente demandado em cada um dos espaços dos múltiplos formulários que tinham que ser preenchidos

para concorrer às bolsas. Algumas das informações, que eu preenchi considerando certas, significaram depois longos percursos burocráticos com as agências, tentando consertar e explicar as informações que resultaram estar erradas. Se esta seção da revista também se propõe contribuir para que as novas gerações de estudantes saibam melhor lidar com as experiências de internacionalização, aconselharia aos candidatos perguntar diretamente com as secretarias das agências e se informar com quem já tenha experiência no processo burocrático de formulários e orçamentos de cada uma das bolsas. A segunda dificuldade, identificada previamente, foi a língua. Para mim, a língua estrangeira de referência na escola e na universidade foi o inglês e, depois de alguns anos de estudo, tinha ganho habilidade de leitura e alguma capacidade de comunicação. Com a necessidade de trocar de língua estrangeira de referência comecei a tomar aulas de francês alguns meses antes da viagem, primeiro com amigos e depois numa escola de línguas que oferecia cursos mais baratos do que a prestigiosa Aliança Francesa. O plano combinado com meu futuro orientador era de chegar um par de meses antes do início das aulas para me matricular num curso e começar a me habituar, a golpe de necessidade, à língua.

O plano teria funcionado, mas a pior das armadilhas me esperava, impossibilitando o pagamento da quantidade planejada de aulas. Trata-se do círculo vicioso que é ativado entre as agências financiadoras, as autoridades migratórias e as instituições de ensino. Em Bogotá, obtive um visto temporário de estudante na embaixada da França que devia registrar no momento da chegada para solicitar a *carte de séjour*. As autoridades migratórias exigiam para tanto que demonstrasse ter renda suficiente para me sustentar na França, assim como estar oficialmente matriculada numa instituição educativa. Por sua vez, a instituição educativa exigia, para poder realizar a matrícula, que eu estivesse legalmente registrada perante as autoridades migratórias e, por sua vez, a agência financiadora exigia o comprovante de matrícula para começar a depositar a bolsa. Anos depois, já morando no Brasil –quando a situação se repetiu comigo e com outros colegas estrangeiros e quando comecei a pesquisar sobre assuntos migratórios– entenderia, junto a Herzfeld

(1993) e Abrams (1988), que esse círculo vicioso é menos uma exceção, ou um erro do sistema migratório e que se trata, sobretudo, da norma de funcionamento e tratamento de muitos Estados para com os estrangeiros – não sendo, contudo, o pior dos tratamentos dispensados, sabemos bem disso.

Esse círculo vicioso é especialmente difícil de romper para os mais estrangeiros. Por exemplo, as colegas “comunitárias”³ – que chegaram à Paris ao tempo do que eu –, não experimentaram problemas com seus vistos, ou bolsas, assim como eu, já morando no Brasil, não tive maiores dificuldades quando quis fazer um concurso docente no país; graças ao meu visto do Mercosul. Enquanto isso, alguns colegas de países “não membros” deveram encarar um emaranhado e hostil processo de mudança de visto e rever várias vezes as opções de contratação nas instituições brasileiras. Também aprenderia, com o tempo, que não existe uma fórmula para sair desse cenário kafkiano, talvez porque não há saída, mas apenas mudança de status que cada um obtém de formas diferentes. Assim, cada pessoa conhecida tem achado uma fenda distinta para conseguir que algumas das instituições envolvidas emita um documento, quase sempre provisório, que permite que a outra realize o trâmite exigido pela terceira e assim por diante. O que resulta muito preocupante é que essa criação constante de fronteiras seja reproduzida não apenas pelas autoridades consulares ou policiais de imigração, mas que seja também reproduzida nas instituições acadêmicas; seja por despreparo ou pela incorporação de uma lógica classificatória por nacionalidade que, não poucas vezes, termina vulnerando os estudantes e pesquisadores e roubando o tempo e o fôlego que deveriam ser investidos em formação ou pesquisa.

Mais preocupante ainda é que programas dedicados ao ensino de antropologia que funda sua existência na ideia da necessária compreensão, respeito e valorização das diferenças, não disponham de um protocolo mínimo de atendimento diferenciado segundo as necessidades dos estudantes estrangeiros e que nos marcos dos diferentes programas de internacionalização sejam ignoradas as exigências redobradas que se apresentam quando

³ Termo utilizado para os nacionais de algum dos Estados-nação membros da União Europeia.

a condição de estrangeiro se interpõe entre os estudantes e seus projetos de formação. Essa situação tal vez seja piorada pelos prestígios diferenciados dos países de origem dos estudantes e pesquisadores na hierarquia moral e econômica das nações no mundo (Sayad, 1991). Além, claro, das hierarquias acadêmicas que constroem a desimportância dos estudantes de mestrado em comparação com os pesquisadores *seniors*. Porém, não foi apenas em Paris, que nas hierarquias nacionais e acadêmicas mundiais desfruta de maior prestígio do que as cidades de países do Sul, em que essas dificuldades se apresentaram.

No Rio de Janeiro, além da armadilha descrita, é bem conhecido entre estudantes estrangeiros o maltrato dispensado na Delegacia de migrantes da cidade (Delemig) que dificulta e torna mais caros e demorados os trâmites do visto. Da mesma forma, são conhecidas entre bolsistas estrangeiros as dificuldades que costumam aparecer nas agências do Banco do Brasil. A recepção de bolsas do Estado brasileiro, exige dos bolsistas a abertura de uma conta nesse banco, porém nas agências da cidade é com frequência rejeitado o protocolo de solicitação do Registro Nacional de Estrangeiros emitido pela Delemig, assim como exigido um comprovante de residência, dentre outros requisitos que sempre mudam de um caso para o outro. Para quem não tem uma rede de conhecidos, que possa ajudar na obtenção de alguns dos documentos exigidos, a abertura da conta bancária pode virar um trâmite ainda mais difícil de realizar do que o próprio visto de estudante.

Esses impasses se manifestaram de forma diferente em cada uma das minhas duas experiências migratórias de formação acadêmica. Alguns desses aspectos foram mais complicados em Paris, outros no Rio de Janeiro; porém, subjetivamente senti as dificuldades com maior dureza durante o mestrado. O tempo mais curto, a maior distância linguística, a menor experiência de vida, as piores condições financeiras –enfim, um grau maior de *extranjería*– fizeram com que esses obstáculos marcassem de maneira mais forte a primeira experiência. Além dos elementos elencados, o fim da bolsa de estudos, as poucas opções de financiamento locais, a sugestão de meu orientador de mudar de tema e, portanto, procurar outro laboratório

de pesquisa e as dificuldades para uma estudante nas minhas condições de conseguir um emprego na sua área profissional, me fizeram desistir da opção de continuar meus estudos na França e tomar a decisão de voltar para Bogotá para me vincular em alguns projetos de pesquisa com a *Escuela de Estudios de Género*.

Como apontado nessa mesma seção da revista pelos professores Roberto Kant de Lima (2011) e Gisele Fonseca Chagas (2014), a ideia da internacionalização no caso da antropologia não pode ser resumida em publicações em revistas estrangeiras, ela implica a exploração de outros campos de pesquisa, o estabelecimento de diferentes tipos de trocas, estranhamentos e familiarizações com tradições científicas e produções acadêmicas diferentes, a formação de estudantes e a consolidação de grupos de pesquisa, entre outros. Nesse sentido considero fundamental que nos diferentes tipos e processos de internacionalização dos programas de antropologias seja considerado e levado a sério o papel desempenhado pelos marcadores sociológicos nas trajetórias educativas que envolvem processos migratórios, incluindo as diferenças de capital simbólico, cultural, financeiro, etc., que não poucas vezes afetam o desempenho acadêmico, especialmente dos estudantes mais novos, e terminam alimentando a visão etnocêntrica de alguns desses centros acadêmicos da suposta menor capacidade intelectual das escolas, os países, e os sujeitos “periféricos”. Além de considerar esses aspectos e apoiar os estudantes de maneira concreta nesses trânsitos, o assunto da internacionalização, quando pensado como um processo de encontro entre tradições de pensamento diferentes e tipos de escolas e pedagogias igualmente diferenciadas, transformasse também em um profícuo campo de análises antropológicas.

Resulta impossível para mim não comparar a sensação de estar em falta, que na França começou pela avaliação da minha competência linguística e estendeu-se para outros domínios de avaliação intelectual, com a experiência vivida durante o doutorado, em extremo diferente. Apesar de ter chegado no Brasil com o mesmo nível linguístico em português, que na época do mestrado tinha em francês, foram poucas as vezes que, dentro de espaços acadêmicos, senti a diferença linguística (ou o sotaque) como um obstáculo

intransponível ou como um elemento de julgamento contra a minha capacidade intelectual. A língua, sabemos, não é um conjunto de regras homogêneo e predefinido (Bourdieu, 1977). Ou seja, a “distância linguística” não pode ser medida apenas pelas formas fonéticas ou gramaticais das duas línguas em comparação, mas especialmente pelos significados que adquirem as diversas formas de usá-las e as interpretações sociais construídas a respeito delas. Não apenas porque o português seja mais próximo do espanhol, mas porque não “falar corretamente” nunca foi um obstáculo para ser escutada em aula ou lida nos trabalhos finais pelos professores e professoras com quem tomei aula, a experiência durante o doutorado no PPGAS do Museu Nacional foi mais amena e mais produtiva, me permitindo uma interação mais horizontal nos espaços de interlocução e maior segurança e ousadia na proposta e delimitação de temas de pesquisa no Brasil.

Seria irresponsável falar em tradições institucionais ou nacionais diferenciadas me baseando numa limitada experiência de formação; apenas posso afirmar que a diferença no jeito de me encarar como estudante estrangeira e de produzir distancias ou aproximações nos dois programas que estou tentando equacionar nesse texto, produziram efeitos igualmente diferenciados em termos de construção e produção de conhecimento, assim como ofereceram elementos diferentes para responder às perguntas sobre como, quem, por que e para quem se faz pesquisa num contexto nacional que não é o contexto de origem do pesquisador ou pesquisadora. Precisamente esse último elemento foi uma das múltiplas razões que me ajudaram a tomar a decisão de não continuar meus estudos na França. Apesar dos imensos e valiosos aprendizados acadêmicos e pessoais que me deixou a experiência de formação na EHESS, o tempo todo me acompanhou a sensação de que muitos dos estudantes estrangeiros que lá estávamos, especialmente os provenientes de países sem tradições acadêmicas valorizadas nos grandes centros antropológicos no mundo, alimentávamos com incríveis dados etnográficos as análises dos pesquisadores locais, mais consolidados e capacitados para melhor interpretar esses materiais. Sem desconhecer a capacidade analítica que se constrói com o trabalho de anos de pesquisa e produção de reflexões,

havia também nessa dinâmica uma sombra de divisão internacional do trabalho, sobre a qual pesquisadores como Said (2011) e Quijano (2000) já tinham nos alertado.

Sobre esse ponto voltarei em breve para concluir o texto. Por ora, gostaria de explicar que optei por descrever com algum detalhe esses percalços e impasses da minha experiência migratória de formação acadêmica porque, como já disse, considero que os processos de internacionalização deveriam levar a sério o fato de que eles envolvem processos migratórios e que essas opções deveriam ser cada vez mais disponibilizadas de maneira mais democrática. Mas, notadamente, reconstruí esses pormenores porque boa parte da minha experiência como estudante em Paris e no rio de Janeiro foi marcada pela progressiva chegada de estudantes colombianos, que quiçá se sintam compreendidos em algumas dessas dinâmicas descritas.

No caso brasileiro, a permanente chegada de conterrâneos não esteve marcada somente pelos efeitos da privatização da educação na Colômbia ou pelo reconhecimento da qualidade dos programas brasileiros de pós-graduação em antropologia, mas também pelas condições favoráveis em matéria de bolsas de pós-graduação e gratuidade na educação. Além, claro, da existência de alguns programas brasileiros como o PEC-G e PEC-PG⁴ que tem procurado, com suas adaptações das últimas décadas, reconectar em termos educativos o Brasil com os países do Sul, notadamente com países da América Latina, África e Ásia com os quais o Brasil mantém trocas comerciais e acadêmicas. Mesmo com os possíveis limites e deficiências desses programas, considero que eles são essenciais tanto para a formação de estu-

⁴ Os Programas PEC-G (Programa de Estudantes-Convênio de Graduação) e PEC-PG (Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação) são antigos programas brasileiros da década de sessenta que foram reconfigurados nos anos 2000. Os programas funcionam no âmbito de três ministérios: Relações Exteriores (MRE), Ministério da Educação (MEC), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). O PEC-PG oferece “bolsas de estudo para nacionais de países em desenvolvimento com os quais o Brasil possui acordo de cooperação cultural e/ou educacional, para formação em cursos de pós-graduação *strictu sensu* (mestrado e doutorado) em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras”. Ver: <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PG/historico.html>>. Acessado em 28/09/2016

dantes de países outros, quanto para o exercício dos programas que os recebem no Brasil em termos de reflexão sobre suas relações, posicionamentos e referências acadêmicas. Para os programas de antropologia, considero que a presença desses estudantes tem servido inclusive para identificar o desconhecimento de algumas realidades etnográficas e sociais dos vizinhos do Sul, assim como o pouco contato e aproveitamento da produção e tradições acadêmicas de outros países da região.

Em conversa como uma querida professora brasileira comentamos, quase num tom de piada que, no Rio de Janeiro, os programas de antropologia tinham trocado o estrangeiro de referência, passando de um forte intercâmbio com nacionais da Argentina a incluir nos últimos anos uma permanente e significativa presença de nacionais da Colômbia. O processo, para alguns de nós, assumindo o risco de falar em nome de colegas, significou redimensionar as perguntas sobre a Colômbia, questionar o que tinham de particular e o que de comum com dinâmicas brasileiras, nos apropriarmos de novas ferramentas que possibilitaram leituras refrescantes sobre temas relacionados com a violência e a guerra, assim como reler a produção nacional sob uma nova ótica, valorizando a importante produção intelectual de ambos os países. Enfim, acredito que essa presença de vários pesquisadores dispostos a questionar e repensar seus temas de pesquisa, está permitindo a consolidação de novas leituras sobre algumas realidades colombianas e, desconfio, de novas leituras sobre alguns contextos etnográficos brasileiros. Outra consequência pode ser notada no aumento e fortalecimento dos vínculos entre pesquisadores e grupos de pesquisa de ambos os países. Embora não se trate de um processo consolidado, é cada vez mais notória essa parceria em bancas de doutorado e mestrado, grupos de trabalho em congressos e seminários, presença de docentes convidados em ambos os países e pesquisas de estudantes brasileiros na Colômbia. Algumas dessas últimas beneficiaram-se dos contatos com estudantes colombianos que facilitaram a entrada em campo, o estabelecimento de redes, os contatos acadêmicos e deram orientações e apoio em outros aspectos da vida cotidiana e nos trâmites migratórios dos estudantes brasileiros.

E pesquisar o Estado, pode?

Foi precisamente por meio do programa PEC-PG que vim com uma bolsa de doutorado para o Brasil. No período que se passou entre a finalização do mestrado e o começo do doutorado, trabalhei em projetos de pesquisa desenvolvidos conjuntamente entre o Centro Latino-americano de Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM) com sede no Instituto de Medicina social da UERJ e a *Escuela de Estudios de Género* da *Universidad Nacional de Colombia*. As duas instituições tinham trajetórias conjuntas de pesquisa vinculando professores e estudantes de ambos os centros acadêmicos como Maria Luiza Heilborn, Sergio Carrara, Jane Russo, Mara Viveros, Franklin Gil e Mauro Brigeiro, entre outros. A participação nesses projetos me aproximou cada vez mais da produção antropológica brasileira e me permitiu conhecer os trabalhos de outros professores e programas de pós-graduação da cidade do Rio de Janeiro. Na época, eu tinha decidido procurar opções para a realização do meu doutorado em América-latina e selecionado alguns programas que me interessavam no México e no Brasil. Os contatos e trabalhos conjuntos com o CLAM, assim como a possibilidade de conhecer previamente a cidade graças a um encontro de equipes de pesquisa, influenciaram minha opção pelo Rio de Janeiro. Além disso, a dinâmica do processo de admissão que propõe o programa PEC-PG oferecia grandes vantagens para mim, pois permite um procedimento especial de seleção e admissão, que poupa aos candidatos de ter que bancar os custos de deslocamento e permanência na cidade durante o processo seletivo regular. Depois do meu projeto de pesquisa ter sido avaliado e aceito no PPGAS/MN/UFRJ e de ter tido a minha candidatura aprovada no edital PEC-PG para 2010, comecei no mesmo ano o curso de doutorado sob a orientação de Adriana Vianna.

No primeiro semestre estava matriculada no doutorado, driblando mais uma vez as armadilhas de uma língua nova, lidando com os pormenores da instalação em outro país e oficialmente inscrita nos cursos obrigatórios para mestrandos e doutorandos que não tivessem cursado o mestrado na instituição. No início do doutorado, minha intenção era continuar a pesquisa do mestrado sobre as organizações de populações deslocadas em

Bogotá e sua luta por direitos, particularmente no caso das mulheres que atuavam como lideranças políticas. Porém, várias circunstâncias fizeram com que eu mudasse o foco da pesquisa e a pergunta de investigação. Em primeiro lugar, o programa de bolsas PEC-PG proibia que seus bolsistas se ausentassem do território brasileiro por mais de quatro meses consecutivos durante a realização do doutorado e a pesquisa, tal como estava programada, precisaria de mais tempo contínuo em campo do que o permitido. Por outro lado, ir e voltar da Colômbia várias vezes por ano, para me ater às normas do programa e às disposições migratórias da Polícia Federal, significava um aumento considerável no orçamento que superaria os auxílios de pesquisa disponíveis e minha própria capacidade de financiamento.

Contudo, foi outro evento que determinou minha decisão de mudança. Ainda no primeiro ano de doutorado deparei-me com a existência no Brasil de um programa de Reassentamento Solidário orientado de forma quase exclusiva para refugiados colombianos. Essa ênfase do programa, conjugada à presença de outros colombianos que solicitam refúgio de modo autônomo e contínuo nos países da região, levou-me a pesquisar sobre esse assunto. Alentada pela minha orientadora, o foco principal da pesquisa concentrou-se, porém, na gestão dos trânsitos desses sujeitos e em sua produção como refugiados. Desse modo, rejeitei a ideia de naturalizar o sujeito refugiado e tomá-lo como uma realidade empírica, para, ao invés disso, indagar acerca dos processos administrativos e políticos que permitem a existência de determinados programas de gestão de pessoas e a diferenciação entre sujeitos migrantes e sujeitos refugiados. Essa abordagem significava encarar uma etnografia de um processo de formação de Estado e eu não pude evitar me interrogar sobre as minhas reais possibilidades de fazer uma etnografia desse estilo. A pergunta nesse momento era de tipo prático: além de conseguir conversar com os funcionários de ONGs, quer dizer com os agentes que estão na ponta das políticas públicas, iria conseguir conversar com altos funcionários de governo e do ACNUR e, além disso, ia ser bem recebida, em campo e no espaço social acadêmico, uma estrangeira propondo uma crítica dos programas humanitários brasileiros? Em outras palavras: pesquisar o Estado, pode?

A pergunta tinha a ver com a minha experiência de pesquisa na França em que, como mencionado, a situação mais comum entre meus colegas estrangeiros era que eles pesquisassem sobre seus próprios países ou, no limite, pesquisassem sobre políticas públicas voltadas para estrangeiros na França; realizando necessárias e agudas críticas às políticas e práticas de Estado nos seus respectivos países, mas por via de regra deixando as análises e críticas do Estado francês para os pesquisadores “autorizados”. Há, evidentemente, exceções a essa afirmação que estou realizando e, talvez, no nível de doutorado –bem mais respeitado nas hierarquias acadêmicas locais– as possibilidades de eu mesma pesquisar uma política local, ou inclusive de formular, a partir daí, críticas aos processos e tradições de formação de Estado, fossem mais propícias. Contudo, o que gostaria de ressaltar é que na preparação da minha pesquisa de doutorado, nem o meu sotaque, nem as limitações linguísticas, nem o fato de ser ainda estudante, ou estrangeira foram considerados obstáculos para a pesquisa das instituições, nem pela minha orientadora nem pelos professores Antônio Carlos de Souza Lima e Giralda Seyferth que integraram a minha banca de qualificação, nem pelos meus interlocutores em campo.

Contrariamente às considerações desse tipo de elementos como fatores que evidentemente dificultariam o desenvolvimento do projeto, os pensamos com a minha orientadora como elementos que inclusive poderiam contar a favor da pesquisa de campo sempre que objetivados e analisados. Fui também encorajada a aprofundar às críticas e as análises das práticas de governo e recebi valiosas ajudas no estabelecimento de redes e contatos para conseguir as entrevistas e encontros que sabíamos mais difíceis. Na tarefa de driblar os ocultamentos e segredos próprios do formato Estado, algumas dessas redes estabelecidas com ajuda dos meus professores foram especialmente importantes. Marcia Anita Sprandel, por exemplo, não apenas tem desenvolvido valiosas análises sobre assuntos relativos à migração a partir das suas próprias etnografias, mas também apoiou o desenvolvimento prático de várias pesquisas do programa, incluindo a minha própria; não apenas me conduzindo pelos mapas do funcionamento da política em Brasília e me

ensinando a lê-los, mas propiciando encontros e entrevistas que sem sua intermediação teriam sido muito difíceis de concretizar.

Estou ciente que não para todos os estudantes, nem para todos os programas no país é possível encontrar redes, apoios e financiamentos para encarar pesquisas em determinados cenários que exigem o tipo de redes e contatos descritos. Nesse sentido, a condição de ser estrangeira que estou focando nesse texto, é apenas uma das variáveis que podem ser consideradas como elementos determinantes nos exercícios etnográficos e, de fato, ela mesma se desmancha quando confrontada com outras formas de estabelecer proximidades e distâncias com os campos de pesquisa, pois essas medidas são construídas com outros marcadores sociais e com outras formas de pertencimento a comunidades, que não apenas a comunidade nacional. Por isso, as reflexões que propus nesse texto ou, melhor, que esse texto me propus, estão restritas à minha experiência particular em dois programas de pós-graduação específicos e, evidentemente, as reflexões de outras colegas colocariam em jogo outros elementos. Não obstante, acredito que alguns processos maiores, como os programas de estímulo à pesquisa e a vinda de estudantes, marcam de maneira coletiva as experiências de alguns programas e até gerações de estudantes. Do mesmo modo, a possibilidade de realizar pesquisas sobre alguns contextos determinados, não dependem somente das redes individuais dos pesquisadores, mas das redes, o apoio e a determinação de grupos de pesquisa e programas de formação, assim como de uma abertura mínima dos diferentes atores que integram as práticas e o fazer do Estado para permitir que este seja pesquisado. Termino então esse breve ensaio com a esperança de salvaguardarmos no Brasil os programas de fomento à educação de maneira ampla e democrática, assim como a pluralidade dos atores que integram as práticas de Estado, que permita e incentive o espírito crítico tanto dos seus processos compassivos quanto daqueles repressivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ABRAMS, Philip. Notes on the Difficulty of Studying the State. *Journal of Historical Sociology*. Vol.1 N°I. March, Pp.58-89, 1988.
2. BOURDIEU, Pierre. *A reprodução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
3. BOURDIEU, Pierre. L'économie des échanges linguistiques. *Persée*, N° 34. Pp. 17-34. 1977.
4. CHAGAS, FONSECA, Gisele. A(s) estrada(s) para Damasco: reflexões sobre as experiências de trabalho de campo em uma sociedade do Oriente Médio. *Revista Antropolítica*, UFF:Niterói 2. sem. 2014.
5. HERZFELD, Michael. The social production of the indifference. Exploring the symbolic roots of Western bureaucracy. University of Chicago Press, 1992.
6. KANT DE LIMA, Roberto. Choques e fusões simétricas e criativas: a internacionalização da Antropologia no quadro de um acordo Capes-Cofecub. *Revista Antropolítica*, UFF:Niterói, n. 30, p. 199-207, 1. sem. 2011
7. QUIJANO, Anibal. "Colonialidad del poder, eurocentrismo y America Latina". En: *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Edgardo Lander (comp.) CLACSO, Buenos Aires, Argentina, Julio de 2000.
8. SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. Tradução Denise Bottmann, São Paulo:Companhia das Letras, 2011.
9. SAYAD, Abdelmalek. *L'immigration ou les paradoxes de l'altérité*. Bruxelles: De Boeck Université; Paris: Universitaires, 1991.